

Diário da 59 ICANN Joanesburgo

Por Nivaldo Cleto

Participo pelo CGI.br da 59ª Reunião da ICANN (Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números) entre os dias 26 e 29 de junho de 2016, em Joanesburgo, na África do Sul.

Evento de engajamento da Business Constituency em Joanesburgo

Os membros da Business Constituency se reuniram em Joanesburgo para discutir a situação do continente em relação à sua inclusão na crescente economia digital

Diário da 59ICANN – Evento de engajamento da Business Constituency em Joanesburgo – 25.06

26 Jun 2017 at 7:17 am



Na tarde do dia 25 de junho de 2017, no dia zero da reunião ICANN 59, os membros da Business Constituency se reuniram em Joanesburgo para discutir a situação do continente em relação à sua inclusão na crescente economia digital. O conselheiro do CGI.br Nivaldo Cleto estava presente na reunião representando os interesses do empresariado brasileiro junto ao acadêmico da UNESP Mark Datysgeld.

A presença de representação brasileira foi especialmente apreciada pelo *host* local, Sunil Geness, presidente da ITA, que saudou o país, além de salientar as conquistas e obstáculos comuns encaradas pelos membros do BRICS. Foi destacado também que a presença da ICANN na África se consolidou mais firmemente com a recente abertura de um escritório de engajamento em Nairobi.

O ponto de partida da discussão foi o relatório comissionado pela BC do Boston Consulting Group de título [“Greasing the wheels of the Internet economy”](#), focado em explorar quais são os elementos necessários para remover as travas remanescentes da economia digital. O fator central estudado foi a existência de “*e-friction*”, um indicador que aponta as resistências encontradas pelas iniciativas digitais para seu sucesso.

Foi ressaltado que nos países em que o ambiente apropriado ao comércio digital é fomentado, ocorre um aumento de até 2% no PIB em relação a quando as condições locais eram consideradas como ruins. O relatório também exaltou que a ICANN é

possivelmente o órgão mais transparente com o qual já trabalharam, com grande disponibilidade de dados e abertura relativa ao *staff*.

Ficou claro que o Brasil se posiciona muito mal dentro dos países investigados, logo ao lado da China, na posição 52 de 65. Suas capacidades de infraestrutura, indústria e acesso individual são consideradas ruins, e a de acesso à informação é uma das piores de todo o estudo. Dentro da categoria de “aspirantes a urbanos”, nos enquadrámos junto da maioria dos países latinos e ficamos abaixo das expectativas adequadas às nossas economias. Já economias como Panamá, Ucrânia e Jordão surpreendem, e mesmo não tendo a mesma expressividade de PIB, conseguem gerar mais lucro baseado na economia digital.

Quando se mede a diferença entre intensidade de uso da Internet versus o fator *e-friction*, o Brasil se destaca como estando fora da curva esperada, com um uso mais intenso da rede mundial de computadores do que poderia ser deduzido ao observar as limitações expressas pelos indicadores negativos. Ou seja, a vontade de uso e consumo existe, e é limitada pela falta de estrutura.

Inclusive, de particular interesse ao empresário do meio digital, foi ressaltado que o fator “infraestrutura” é de longe o que gera o impacto negativo mais expressivo na economia digital de um país. Quando o usuário paga caro por um acesso precário, seu interesse em descobrir e consumir produtos sofre forte impacto.

Destacamos ainda que o PIB não necessariamente posicionou um país bem ou mal dentro do estudo, pois mesmo para aqueles que não possuem PIB tão elevado, ainda é possível possuir muito bom desempenho econômico digital, como é o caso da República de Maurício, ilha africana cujas empresas geram grande lucro com Internet. O Kenia, por exemplo, não é um país tão rico, mas possui boa performance digital. Ele é o exemplo regional.

No que se trata dos assuntos específicos à BC, foi consolidada a posição de Andrew Mack como novo líder, algo que promete ser positivo para nossa região, considerando o foco do empresário no sul global. O antigo líder Steve del Bianco aproveitou o espaço para lembrar a todos que a prioridade da BC na ICANN tem de ser a de promover segurança, que exista competitividade, e que o usuário confie em ter seu negócio online.

O afastamento dos EUA de mecanismos internacionais preocupa o setor empresarial, e a ITU cada vez uma arena mais complexa de navegar. Foi emblemático que o republicano Steve del Bianco e democrata Andrew Mack ambos se posicionaram de acordo com a ideia de que o movimento estadunidense não é bom para o empresariado e o comércio internacional.

Andrew Mack deliberou a respeito de como a África é um dos mercados mundiais menos explorados, o que significa que existe possibilidade de franca expansão do mercado de domínios na região. Apontou que o envolvimento das empresas na BC ajudaria a consolidar e fomentar políticas comuns, parcerias e objetivos, como já observado com outras regiões.

No que é pertinente ao DNS na África, a questão que foi levantada de maior impacto é que somente Registries estão fazendo vendas efetivas de domínios, com uma presença muito tímida de Registrars, apontando para uma falta de coordenação da indústria para otimizar as operações.

RELATÓRIO - [Greasing the wheels of the Internet economy](#)

Diário da 59 ICANN Joanesburgo 26-06-2017

27 Jun 2017 at 7:21 am

Dia 1 – Prioridades do GNSO e Business Constituency na ICANN 59.

(*) Nivaldo Cleto

Seguindo seu novo calendário regular, a reunião 59 da ICANN pertence à categoria B, ou seja, é uma *Policy Meeting*, na qual se visa somente a discussão intensa de políticas voltadas a nomes e números, de um modo que coloque em confronto direto as opiniões dos diferentes grupos de interesse que participam da instituição. Com clima mais agitado que as reuniões A e C, se torna necessário olhar para as macroestratégias das discussões que estão ocorrendo.

Uma questão que se intensificou desde a aprovação da renovação dos domínios .NET no mês passado, [cuios comentários da Business Constituency](#) foram apresentados em maio com a minha colaboração, é relativa aos Rights Protection Mechanisms (RPM). Os novos gTLDs possuem mecanismos diferentes de proteção dos antigos (*legacy*), sendo que o mais notável desses é o Uniform Rapid Suspension System (URS).



Ele gera uma alternativa ao consagrado Uniform Domain-Name Dispute-Resolution System (UDRP), que apesar de ter se provado eficiente na remoção de domínios prejudiciais à propriedade intelectual, é caro e demorado, o que o torna inviável para pequenos e médios empresários. Com o URS o processo é rápido e bem mais barato, mas ele não se aplica aos domínios *legacy*. Isso deveria ser mudado? A posição da BC é que sim, mas não em uma base individual. Ao invés de inserir cláusulas na renovação dos contratos, é necessário o estabelecimento de uma política realmente universal.

Dentro dos procedimentos necessários para a manutenção da estabilidade e segurança do DNS, uma nova chave do KSK foi gerada ano passado, o que significa que o sistema que reconhece a legitimidade de um domínio vai fazer uso de uma nova chave criptográfica. Em outubro de 2017 será feita a cerimônia na qual, de maneira transparente, serão trocadas as chaves. A antiga permanecerá ativa em paralelo até 2018, mas é necessário que todos ISPs se atentem à mudança e a realizem em tempo.

Segue a longa discussão a respeito de como reorganizar o WHOIS, com as pressões opostas de privacidade versus acesso à informação. A tendência é que, ao menos no futuro imediato, siga sem resolução essa questão, pois mesmo dentro das Constituencies segue uma ausência de consenso sobre quais informações devem ser indexadas e como. Soma-se a isso o fato de que as novas normas da União Europeia vão afetar toda a maneira como a proteção de dados funcionam em seu território, o que levanta ainda mais questões.

O tema mais contencioso, que vem se construindo com mais força desde a reunião passada, se relaciona aos nomes geográficos, que já fizeram parte de emblemáticos contenciosos como o .AMAZON e .PATAGONIA. Os governos do GAC querem uma lista de nomes que associam a seus patrimônios nacionais e culturais, algo que do ponto de vista da comunidade é impraticável. É da opinião do GNSO que esse é um tema que deve ser discutido dentro de suas portas, algo que certamente encontra disputa.

() CEO de Autoridade de Registro de Certificação Digital, empresário de Contabilidade, Conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil, membro da Business Constituency*

Diário da 59ICANN – GNSO e Business Constituency – 27.06

27 Jun 2017 at 4:02 pm



Nivaldo Cleto e Andrew Mack CEO da Business Constituency

O dia do GNSO começou com a espinhosa discussão a respeito dos “New GLTD subsequent procedures”, um tema que toma a atenção dos mais diversos grupos da ICANN há bastante tempo, ainda mais em vista de que uma nova rodada de proposição de sufixos para integrar o DNS se aproxima.

A respeito da participação do GAC nos processos dos novos TLDs, o ex-chair da Business Constituency, Steve del Bianco, buscou esclarecimentos a respeito de como podem se dar e por quais razões. Os governos possuem a possibilidade de estabelecer “aviso prévio” quando não estão satisfeitos com um processo, sinalizando uma objeção que está por vir, permitindo uma modificação ou remoção de proposta.

A questão que parece curiosa é que se o GAC deu um conselho desse tipo em algum ponto, ele vale de modo permanente. Isso se torna particularmente relevante uma vez que um acordo Board-GAC de 2011 pressupõe que esse aviso deveria parar o processo de aplicação; e se as condições mudaram no meio do caminho? É necessário que a Board faça uma intervenção forte para que isso não se aplique.

Do ponto de vista do empresário, esse arranjo como um todo precisa seguir critérios muito firmes, pois o processo de investimento por trás da montagem de uma proposta de novo GTLD demanda dedicação financeira e esforço humano para ser bem estruturada, e sem uma definição clara de como e quando o GAC pode agir, o negócio assume um risco maior do que seria necessário.

Comentou-se também a respeito de uma lista de “*do not apply*”, na qual se tenha uma relação escalonada de domínios considerados como ameaças, sendo que qualquer um que seja marcado como de alto risco faz com que automaticamente a aplicação falhe. Esse é um projeto em desenvolvimento contínuo e que abriga questões técnicas relevantes que precisam ser abalizadas pela comunidade.

Após o almoço, houve uma reunião dos grupos de interesse comercial com o CEO Gorän Marby. O assunto central foi a nova lei europeia de proteção de dados. Ela é padronizada para todas as nações do bloco, mas cada país possui suas leis internas, o que faz com que uma adaptação seja necessária. Depois dessa adaptação e estabelecimento de uma lógica realista, aí sim será possível pensar nas consequências da lei.

O desafio é que muitos atores estão envolvidos. Existem aspectos legais, policiais, entre tantos outros, e eles precisam funcionar em conjunto. As autoridades de proteção de dados precisam também trabalhar com a ICANN, não é um esforço de apenas um lado. O ponto de vista de Marby sobre como o WHOIS, indexador de informações de donos de domínios, irá se adequar às mudanças dependerá da comunidade. Ele teria tomado o projeto para si para garantir a integridade do processo.

Steve del Bianco comentou com Marby que mesmo que a ICANN não seja intervencionista, o comportamento dos usuários vai mudar. Marby refutou o posicionamento, explicando que não se sabe o que vai efetivamente ocorrer, então se precaver é difícil, pois não é como se houvessem precedentes para pensar como o usuário vai se comportar.

Por fim, foi posicionado que outros países também estão pensando nesse tipo de legislação, então na verdade esse caso vai estabelecer um precedente que servirá de base para questões que vão reaparecer na ICANN. Encarar com máxima seriedade a reforma é muito importante.

Finalizando a reunião, se falou brevemente a respeito da Open Data Initiative (ODI), esforço da instituição que está voltado a tornar mais acessíveis os dados agregados coletados pela ICANN, que revelam muito sobre a operação da Internet como um todo. A questão ainda está sendo tratada de modo tímido e embrionário, mas a Business Constituency é muito favorável a um investimento massivo na operação, visando melhor servir os clientes da economia digital e gerar mais benefícios para todos os envolvidos.

Nivaldo Cleto é CEO de Autoridade de Registro de Certificação Digital, empresário de Contabilidade, Conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil, membro da Business Constituency

Diário da 59ICANN – GNSO e BC – 28.06

29 Jun 2017 at 8:37 am

Por Nivaldo Cleto (*)

No dia 3 da ICANN 59, em Joanesburgo, ocorreu uma reunião pública entre o GNSO (Organização de Apoio a Nomes Genéricos) e o GAC (Comitê de Conselhos governamentais), dois grupos de partes interessadas que estiveram recentemente em certo clima de conflito. Isso se deve largamente devido à discussão contínua da questão do uso de nomes geográficos em domínios, em uma disputa que quando combinados com o ccNSO (Organização de Suporte a Códigos de Países), se tornou tão expressiva que a ICANN contratou uma parte externa para fazer a moderação de debates a respeito do tema.

Começando por um sucesso recente, foi ressaltado o progresso na manutenção da integridade da representação da Cruz Vermelha e outras organizações intergovernamentais dentro do DNS. Com a cooperação do Board da ICANN, estão avançando um conjunto de normas que impedirão que atores oportunistas façam uso desses nomes para aplicar golpes durante crises internacionais, com websites falsos de doação e afins.



Uma preocupação grande que o GAC movimentou foi que a ordem na qual são feitas as intervenções dentro da lógica de desenvolvimento de normas da ICANN, pois é de sua compreensão que o GAC não é consultado cedo o suficiente para que suas considerações possam ser priorizadas. Isso se intensifica pela diferença de intensidade de processos, de forma que o GNSO se move mais rapidamente do que o GAC por questões estruturais.

O *chair* Schneider elaborou que os membros governamentais estão envolvidos em muitas pautas, geralmente em mais de uma arena, e que a sobrecarga faz com que se dificulte sua função de dar conselhos para o Board. Da parte do GNSO, comentaram que o GAC deveria se sentir mais livre para fazer intervenções fora dos períodos formais, contribuindo de maneira mais gradual para o processo.

Donna Austin, do GNSO, comentou que um ponto que o GAC tem de observar é que a maioria do GNSO é composto de membros sem qualquer envolvimento com o governo, de tal forma que eles possuem dificuldade de prever quais serão os obstáculos e problemas pelos quais o GAC pode passar. Portanto, a clareza de comunicações tem de ser muito grande.

Por fim, foi levantado como problemático que, depois da reunião 58, o Board tratou diretamente com governos seletos algumas das questões levantadas, e não em relação ao GAC como um todo. O maior problema disso é como essa prática se comunica com processos que ocorrerão no futuro.



Embaixador Benedicto Fonseca, representante do Brasil no GAC

Após o almoço, o conselho do GNSO se reuniu para decidir a direção de projetos já em curso. O primeiro ponto saliente foi uma discussão acalorada a respeito do CCWG-IG (Grupo de Trabalho de Múltiplas Comunidades sobre Governança da Internet). O grupo possui uma missão importante, pois tenta aproximar a realidade da ICANN com o que se passa em outras arenas de debate do tema, mas encontraram muitas dificuldades em estabelecer a maneira na qual deveriam tocar o tema. Foi questionado qual o papel do GNSO e sua liderança, e uma falta de comunicação de resultados para a comunidade. O futuro do WG ficou em aberto, com uma nota negativa.

Foi retomado o tema dos nomes geográficos, dessa vez somente pela perspectiva do GNSO. Para a comunidade o tema é preocupante, pois está botando em jogo a autoridade da Organização em relação aos nomes genéricos. Na prática o GNSO não é obrigado a obedecer o GAC ou CCWGs, e no limite pode simplesmente ignorá-los; mediante um custo político.

Existem diferentes caminhos a serem traçados para o futuro do tema, e a visão prevalente é que a melhor maneira de prosseguir é pelo PDP, o caminho normal de desenvolvimento de normas da ICANN, ao invés de apostar em métodos alternativos. Diversos membros expressaram o sentimento de que essa é uma questão existencial para o grupo, definindo como prioridade máxima o tema. A inclusão de outros grupos de interesse nesse caso não tiraria a supervisão das mãos do conselho do GNSO.



Mais para frente, no mesmo dia, o GAC manifestou seu comprometimento com o serviço público e renovou seu posicionamento enquanto detentor dos direitos ao veto de propostas que perceba que são conectadas à função estatal. Dessa maneira, a já tradicional problemática de que pauta pertence a qual parte dessa equação foi elevada. O próximo ano na ICANN será marcado por muitas discussões interessantes relativas ao tema e estaremos aqui acompanhando cada passo.

(*) Nivaldo Cleto é CEO de Autoridade de Registro de Certificação Digital, empresário de Contabilidade, Conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil, membro da Business Constituency

[Diário da 59ICANN – 29.06](#)

3 Jul 2017



Por Nivaldo Cleto (*)

O último dia da ICANN de Joanesburgo começou com a reunião do Grupo de Trabalho de revisão dos RPMs em todos os TLDs. Estamos falando aqui dos Mecanismos de Proteção de Direitos, um conjunto de recursos que permitem que abusos contra a propriedade intelectual cometidos dentro do DNS possam ser resolvidos de maneira apropriada e justa para as múltiplas partes envolvidas em uma dada questão. O

mecanismo mais consagrado desses é o UDRP, mas, ao longo dos anos, diversos outros surgiram.

O trabalho do grupo envolve a tarefa de, ao longo de diversos anos, fazer a avaliação de como estão sendo utilizados esses mecanismos dentro dos padrões de confiabilidade almejados. Para isso, estão organizando uma extensa lista de questões que sirvam como indicadores e buscando compreender quais as melhores fontes de dados a serem utilizadas.

No entanto, o progresso é lento e sofrem críticas da comunidade por uma falta de entrega de resultados. O processo aberto de *cross-community* que poderia avançar a pauta do grupo acabou gerando conflitos persistentes ao redor dos *Trademark Claims*, e mesmo após 3 horas de trabalhos, pouco foi ganho. Rubens Khul do NIC.br se destacou na sessão como alavancador da pauta.

A reunião da Business Constituency que se deu na sequência de eventos do GNSO foi marcada por uma discussão intensa à respeito do diretório WHOIS, com presença da membro da Board, Becky Burr, que apresentou a iniciativa de documentação das formas atuais de uso do WHOIS, em busca de traçar que tipos de vantagens e desvantagens esse possui.

Atualmente, 1/3 do WHOIS já é composto de proxies, que mascaram a identidade do registrante. O ex-chair Steve del Bianco entrou em debate com Burr a respeito da iniciativa, reiterando sua postura de que a Internet não pode se tornar um espaço “cinza” no qual não se é possível identificar quem é o dono de um domínio, limitando ações que operem no sentido de manter a Web segura ou em conformidade com as leis.

O dia se encerrou com uma sessão para sobrepor todas as demais: o segundo encontro da toda comunidade a respeito de como avançar a questão dos nomes geográficos em domínios. O embate alcançou proporção de guerra, e coloca os interesses da ALAC, ccNSO, GAC e GNSO em conflito. Particularmente GNSO e GAC se encontram em pontos conflitantes do espectro.

Um ponto saliente é se o processo deve ser liderado pelo GNSO, que seria o normal para um gTLD, ou 1) se essa questão, por ser iminentemente relacionada aos Estados, é uma pauta do GAC ou 2) se o único caminho justo é a formação de um grande CCWG envolvendo nas diversas comunidades em busca de um consenso.

Se partirmos da maneira em que são tradicionalmente elaboradas as normas da instituição, é claro o papel do Conselho do GNSO como líder da pauta. No entanto, o ator mais presente nesse tema tem sido o GAC, que já encampou batalhas contra a .AMAZON e o .PATAGONIA, que resultaram no favorecimento ao posicionamento do GAC. O ccNSO por enquanto está entrando mais na questão específica do uso de duas letras no segundo nível, alegando que afetaria a percepção a respeito do valor dos sufixos de países.

A posição da Business Constituency não necessariamente se comunica diretamente com qualquer consenso inicial do GNSO. O apoio do setor comercial será moldado nos princípios de competitividade e confiabilidade que incidem no usuário final, buscando sempre respeitar os interesses das demais partes interessadas.

() Nivaldo Cleto é CEO de Autoridade de Registro de Certificação Digital, empresário de Contabilidade, Conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil, membro da Business Constituency*